

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 9 DE MAIO DE 2013

NÚMERO 6.545

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Valmir Comin

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Ana Paula Lima

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Dóia Guglielmi

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Jean Kuhlmann
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto
Aldo Schneider

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Darci de Matos
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Aldo Schneider
Mauro de Nadal
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Altair Guidi - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Angela Albino
Valmir Comin
Neodi Saretta
Luciane Carminatti
Aldo Schneider
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Dirceu Dresch
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Gelson Merísio
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Ciro Roza
Valmir Comin
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Jorge Teixeira
Gelson Merísio
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal
Altair Guidi
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Valmir Comin
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Gelson Merísio
Sargento Amauri Soares

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora em exercício: Nadia Regina Pereira</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 12ª Sessão Especial realizada em 23/04/2013 em Homenagem ao Sindicato dos Engenheiros Agrônomos.....2</p> <p>Atos da Mesa Ato da Mesa.....8</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões.....8 Permanentes.....9 Aviso de Licitação.....9 Ofícios.....9 Portarias.....10 Projetos de Lei.....12 Projeto de Lei Complementar.....16 Projeto de Resolução.....16</p>
--	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 12ª SESSÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2013 EM HOMENAGEM AO SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido os eminentes deputados Reno Caramori e Manoel Mota para recepcionarem as autoridades que integrarão a mesa.

Convido para compor a mesa o senhor secretário-adjunto da secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, Airton Spies, neste ato representando o excelentíssimo senhor governador de Santa Catarina, João Raimundo Colombo;

(Palmas)

Convido o excelentíssimo senhor deputado estadual e proponente desta sessão especial José Milton Scheffer;

(Palmas)

Convido o senhor presidente da Federação Interestadual do Sindicato dos Engenheiros, Carlos Roberto Bittencourt;

(Palmas)

Convido o senhor presidente do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos do estado de Santa Catarina, Vlademir Gazoni;

(Palmas)

Convido o senhor presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina, Carlos Alberto Xavier, neste ato representando o senhor presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, José Tadeu da Silva;

(Palmas)

E representando as demais deputadas e deputados que compõem este Parlamento, o nosso colega e ex-secretário da Agricultura deputado Moacir Sopelsa.

(Palmas)

Agradecemos aos deputados Manoel Mota e Reno Caramori pela acolhida às autoridades, pedindo que tomem seus lugares no plenário.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão especial é em homenagem ao Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, pela passagem dos seus 30 anos. E foi convocada por solicitação do senhor deputado José Milton Scheffer e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares.

Neste momento teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do Hino Nacional.)

Esta Presidência registra e agradece a presença das seguintes autoridades:

Senhor Laércio Domingos Tabalipa, diretor financeiro da Caixa de Assistência Profissionais do Crea de Santa Catarina - Mutua;

Senhor Nelton Rogério de Souza, vice-presidente de Finanças da Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina - Faesc;

Senhora Rosineia Firmino, vereadora do município de Gravatal;

Senhor Adilson Rafael Mendes, vereador do município de Gravatal;

Senhor Ditmar Alfonso Zimath, diretor de Extensão Rural e Pesquisa da Epagri, de Santa Catarina;

Senhor Luiz Antônio Caldani, diretor do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná;

Senhor Eduardo Medeiros Piazero, vice-presidente do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina e diretor da Federação Interestadual dos Sindicatos de Engenheiros;

Senhor Anderson Luiz Kangerski, diretor regional, de Tubarão, do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos - Seagro;

Senhor Matheus Maton Fraga, secretário adjunto do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos - Seagro-SC;

Senhor José Dresch, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina;

Senhora Mari Cardoso, executiva de contas do jornal *Notícias do Dia*;

Senhor Luiz Antônio Palladini, diretor de Ciência, Pesquisa e Inovação da Epagri, de Santa Catarina;

Senhor Milton Losso, presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos da Região de Florianópolis;

Senhor Raul Zucatto, presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina - Aeasc;

Senhor Almir Schafer, secretário de Agricultura, neste ato representando o excelentíssimo senhor prefeito do município de Ituporanga;

Senhor Leonel Ferreira Júnior, presidente da Cooperativa dos Engenheiros Agrônomos e de Profissionais em Desenvolvimento Rural e Ambiental de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Valmir Comin, deputado estadual;

Senhor Haroldo Elias, gerente estadual da Fundação do Meio Ambiente - Fatma;

Senhor Alvorci José Cantu, neste ato representando o senhor Enori Babieri, presidente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina.

(Procede-se à apresentação de vídeo institucional.)

Convido o eminente engenheiro agrônomo e deputado José Milton Scheffer, autor do requerimento que ensejou a presente sessão, para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero cumprimentar aqui o presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli, o nosso colega engenheiro agrônomo Aírton Spies, secretário adjunto da Agricultura e Pesca, que aqui está representando o governador do estado, dr. Raimundo Colombo, o presidente da Federação Interestadual do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos, Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt, cuja presença muito nos prestigia, o presidente e colega do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos, Vladimir Gazoni.

Cumprimento muito especialmente o Carlos Alberto Kita Xavier, conhecido como Kita, presidente do Crea, que aqui está prestigiando também este ato. Gostaria de cumprimentar muito especialmente o deputado Moacir Sopelsa, ex-secretário de Agricultura, o deputado Valmir Comin, líder do Partido Progressista, e também os deputados Reno Caramori e Manoel Mota, que prestigiam este ato que reafirma o compromisso desses deputados com a categoria e com o desenvolvimento agrícola do nosso estado.

Colegas, familiares, esta é uma noite especial para todos, em que este Poder se dedica a homenagear e ressaltar os feitos e as lutas de uma categoria representada por um sindicato cujas lutas vão além apenas das questionais e econômicas inerentes a esta categoria.

A agronomia no campo das ciências agrárias é a mais antiga e foi dela que se derivou uma série de outras atividades. Essa

área é também a grande responsável pelo sucesso do modelo agrícola de Santa Catarina, tanto na nossa agricultura familiar, intensiva, mas rentável e econômica, como também no modelo do agronegócio de Santa Catarina que hoje exportamos para outros países. Com apenas 1% do território brasileiro somos o 6º produtor nacional de alimentos e, por trás de todo esse sucesso, ou melhor - caro amigo Chicão, que aqui nos prestigia e com a sua presença mostra o seu amor por essa categoria -, à frente de todo esse modelo está a pessoa do engenheiro agrônomo. Sem conhecimento, sem pesquisa, sem extensão, sem a difusão e a aplicação da tecnologia, Santa Catarina jamais teria alcançado o sucesso do seu modelo agrícola que vai além das propriedades. Quanto emprego a cadeia do agronegócio e a agricultura familiar produzem em Santa Catarina! Nos nossos frigoríficos, nas nossas indústrias de beneficiamento, quanta coisa é agregada! E tudo isso parte do trabalho do engenheiro agrônomo. Por isso esta homenagem foi acolhida pelos membros desta Casa por unanimidade e queremos, através do Seagro, fundado em 29 de abril de 1983, completando, portanto, 30 anos de uma longa história de conquistas consolidadas no trabalho pela integração, solidariedade, valorização, apoio e busca constante de melhorias nas condições de vida e de trabalho de seus mais de dois mil associados, representando cinco mil engenheiros agrônomos aqui em Santa Catarina.

O nosso querido Seagro, a cada aniversário, avança como protagonista das lutas que defende e, ao lado de seus associados, fortalece-se no dia a dia e prepara-se para os desafios do futuro, tendo sua história como referência. Atua firme e forte em favor de uma classe de profissionais cuja nobreza de seu trabalho transcende os interesses meramente econômicos e comerciais, cumprindo a difícil, fundamental e estratégica missão de ofertar o alimento básico à manutenção da vida no mundo, o alimento, além de se preocupar com a qualidade de vida e a preservação do meio ambiente.

Por isso, o nosso Seagro é muito mais do que um sindicato que defende uma categoria. Ele defende, sim, e é responsável por muitos avanços dessa categoria, e tem uma preocupação social com o desenvolvimento agrícola de Santa Catarina como um todo. Esse é um sindicato especial, nosso ex-presidente Jorge Dotti Cesa.

Além de todas as lutas desse sindicato, hoje ele é o único sindicato exclusivo de Engenheiros Agrônomos do Brasil e está servindo de modelo agora para outros estados.

O Seagro foi um dos que levantaram, e talvez o mais forte, o braço em defesa permanente pelo fortalecimento dos serviços públicos de pesquisa, assistência técnica, extensão rural e defesa sanitária agropecuária em benefício da agricultura familiar, do agronegócio e da sociedade catarinense. Não se curvou a várias ameaças que esse segmento teve ao longo da sua história.

Muitos desses que estão aqui trazem a história viva em suas mentes, na noite de hoje, das batalhas travadas na defesa desse modelo agrícola que muito orgulha a todos nós, catarinenses, ex-presidente Raul Zucatto.

A luta permanente pela defesa do cumprimento do salário mínimo profissional ameaçada frequentemente - e o Seagro está na linha de frente na defesa dos interesses dos nossos profissionais. Graças às ações do Seagro os Engenheiros Agrônomos, hoje, da

Epagri, da Cidasc e de outras empresas recebem o seu piso salarial conforme manda a lei.

Nos últimos anos as cooperativas e agroindústrias também passaram em sua maioria a cumprir o piso por interferência do sindicato nas convenções coletivas de trabalho, levando mais segurança aos nossos colegas que atuam também na iniciativa privada.

Santa Catarina é, hoje, um estado com maior índice de Engenheiros Agrônomos celetistas na área pública e privada que recebem pelo menos o piso da categoria.

Destacada liderança nas campanhas salariais e negociações visando os acordos coletivos dos servidores da área pública e privada.

Forte apoio na capacitação dos profissionais, estando previsto para 2013 a realização de dez cursos para Engenheiros Agrônomos sobre a aplicação do novo Código Florestal.

Responsável por colocar a atualização profissional junto com demais entidades do setor, o Seagro atua sempre proativamente, preparando a categoria para os desafios que as ciências agrárias trazem a cada dia para o segmento e para o profissional.

Importante trabalho político, social e sindical realizado através da federação, da Fisenge, em todo o Brasil, considerada o braço social do Seagro.

Sempre atuou buscando parceria com as demais entidades - Aeasc, Uneagro, Associação dos Engenheiros Agrônomos e o Crea.

Sempre incentivou o apoio aos colegas na ocupação de cargos na administração pública e também na disputa por cargos eletivos ou a liderança na vida pública ou privada. Como o caso de colegas que já foram ou são deputados, como o caso deste deputado que está falando, que se conquistou uma cadeira nesta Casa deve muito ao apoio e incentivo de muitos colegas. Na hora difícil da caminhada, o Seagro mostrou confiança e incentivou-nos. Da mesma forma, mais de uma dezena de colegas que ocupam funções nas Câmaras Municipais e prefeituras municipais. E também na eleição histórica já citada aqui do colega Raul Zucatto para o Crea, que teve o apoio decisivo do nosso Seagro.

Por isso essa homenagem é justa. Todos os catarinenses gostariam de estar aqui hoje para parabenizar os Engenheiros Agrônomos e o Seagro por todos os avanços que a agricultura e as ciências agrárias têm permitido a Santa Catarina.

Por isso cada um dos senhores e das senhoras que estão aqui hoje, independente do segmento em que atuam, são responsáveis pelas vitórias e pelas conquistas desse sindicato e também da categoria ao longo desses 30 anos.

Mas temos ainda novas conquistas pela frente, novas ações para continuar colocando a nossa categoria numa posição de vanguarda, para também continuar protegendo os interesses das nossas categorias no dia a dia, nas lutas em defesa dos interesses econômicos, sociais, de capacitação, de qualidade de trabalho a todos os agrônomos e agrônomas do nosso sindicato.

Vale a pena participar de um sindicato que atua da forma como o Seagro atua. Vale a pena fazer parte dessa história; por isso, quero parabenizar e cumprimentar todos os homenageados dessa noite e desejar ao nosso Seagro muito sucesso, novas conquistas e que continue avançando cada dia

mais em novas conquistas à nossa categoria e para os nossos colegas engenheiros agrônomos.

Em nome da Assembleia Legislativa, permita-me aqui o presidente Joares Ponticelli, queremos aqui prestar nesta homenagem, nesta noite, o nosso reconhecimento ao Seagro e a cada engenheiro agrônomo de Santa Catarina pelos serviços prestados em nome da agricultura do nosso estado.

Muito obrigado, parabéns, Seagro.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - É de praxe nesta Casa a Presidência passar o comando dos trabalhos sempre ao proponente da sessão, logo após a sua manifestação. O que farei logo em seguida para prestigiar o meu querido amigo companheiro e colega deputado José Milton Scheffer, engenheiro agrônomo, também homenageado nesta noite. Antes, porém, quero manifestar às engenheiras que certamente há 30 anos, quando o sindicato iniciou, Raul Zucatto, o número de mulheres era infinitamente menor do que agora. Havia poucas, mas esse número está crescendo, e fico muito feliz com isso, porque quanto mais tivermos a mulher inserida e participando de todas as atividades certamente vamos acelerar o processo de uma sociedade mais justa.

Esse é o nosso desafio aqui nesta Casa ainda. Aqui chegamos em 10% apenas, mas está crescendo, a cada nova eleição o número vai aumentando. Eu espero que, assim como no Seagro elas foram conquistando e ampliando espaços, possamos ter também nesta Casa e na política catarinense e brasileira cada vez mais mulheres participando efetivamente do processo não apenas para distribuir santinhos e pedir votos aos marmanjos, mas para elas efetivamente terem coragem de participar, porque não tenho dúvidas de que vamos acelerar esse processo de mais justiça que tanto precisamos.

Quero saudar em nome de Raul Zucatto todos os engenheiros, todos que construíram e que constroem essa história vitoriosa de 30 anos. Eu sou professor de carreira, deputado José Milton Scheffer, com muito orgulho sou filho de agricultores que até hoje estão na atividade rural, lá na comunidade Pouso da Caixa, do município de Pouso Redondo, é o centro geográfico de Santa Catarina. Não é Curitiba como insistia aqui equivocadamente o deputado Onofre Agostini, ex-presidente desta Casa. Tenho muito orgulho da minha origem, dos meus pais que estão lá na atividade rural ainda. Atividade que também desempenhei até os 15 anos de idade, e lembro-me das primeiras vezes que a nossa propriedade começou a receber a visita dos engenheiros agrônomos, dos extensionistas, dos extensionistas. Lá se vão quase 40 anos, deputado Reno Caramori.

Eu me lembro que mal as extensionistas, os engenheiros agrônomos saíam, e a Cidasc estava num processo embrionário ainda, deputado Moacir Sopelsa, o meu pai pedia, como a maioria dos pais com filhos da minha idade pediam, que fossem jogadas as vacinas de febre aftosa no valo, porque não havia a compreensão quando todo esse trabalho foi iniciado. E com que dificuldade foi feito o convencimento do agricultor.

A primeira notícia é que a vaca diminuía o leite, ficava doente, emagrecia, e lá se ia aquele frasco de vacina pelo valo, para pegar o rio depois. Certamente na maioria das propriedades de Santa Catarina isso aconteceu.

É claro que se foi adquirindo toda uma consciência, uma responsabilidade a duras penas, com o envolvimento de todos, e eu não tenho dúvidas de que vocês tiveram papel fundamental nesse momento ímpar que vive o nosso estado, de área livre de aftosa sem vacinação. Essa é uma condição ímpar no Brasil, na América da Sul, na América Latina ainda.

Portanto, é a nossa forma também, em nome dos 40 parlamentares que compõem esta Casa, de dizer, nesta noite, muito obrigado por aquilo que vocês fizeram e fazem para transformar, como bem lembrou o deputado José Milton Scheffer.

Um pequeníssimo estado, de um território minúsculo, comparado a outros da federação, com um modelo fundiário também único no Brasil, o da pequena propriedade, o do minifúndio, o sexto produtor de alimentos do Brasil, evidentemente que isto não teria condições de dar certo, se não fosse o profissionalismo, a abnegação, a dedicação de todos vocês que fizeram e fazem essa história de sucesso, pessoal também, pelas conquistas que se foram avolumando ao longo dessa luta, mas especialmente fazendo de Santa Catarina um estado vencedor como somos também nesta atividade.

Parabéns por essa belíssima história, parabéns, deputado José Milton Scheffer pela iniciativa de homenagear de forma tão justa e necessária uma categoria de profissionais tão dedicados ao crescimento e desenvolvimento do estado.

Um abraço a todos. E convido para assumir o comando desta sessão o engenheiro agrônomo José Milton Scheffer.

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SHEFFER - Na sequência desta sessão, convido para fazer uso da palavra o sr. Carlos Roberto Bittencourt, presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos de Engenheiros.

O SR. CARLOS ROBERTO BITTENCOURT - Boa-noite a todos. Cumprimento os componentes da mesa já nominados. Cumprimentando o deputado José Milton Scheffer, cumprimento todos os deputados presentes.

Em nome do Vlademir Gazoni, presidente do Seagro, cumprimento todos os ex-presidentes do Seagro e todos os diretores, tanto os anteriores como os atuais diretores do Seagro.

Cumprimento Carlos Alberto Kita, presidente do CREA. E em nome dele cumprimento todas as entidades, sejam sindicais ou não, presentes neste ato.

Sou secretário executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural do Estado do Paraná. O Spin também é o secretário executivo e temos alguns trabalhos em conjunto.

Também é uma honra estar aqui, em Santa Catarina. Não pude estar na posse do Gazoni, porque estava fora do país, mas é uma grande satisfação estar aqui, até porque eu também sou engenheiro agrônomo.

(Passa a ler.)

“É uma grande honra participar desse ciclo de comemorações pelos 30 anos do Seagro, e hoje sendo homenageado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, proposto pelo deputado José Milton Scheffer.

A Engenharia é uma das principais protagonistas do processo de desenvolvimento social do país. A Fisenge completa 20 anos de história em setembro, ratificando a presença

histórica do movimento de engenheiros e engenheiras nas principais lutas políticas, sociais e sindicais do Brasil. Composta de 11 sindicatos de engenheiros, localizados em dez estados no país, a federação foi fundada em 1993, período de intensificação da política neoliberal e das privatizações.

Nessa época, as demissões, especialmente na engenharia, eram enormes. Não havia empregos, além de uma conjuntura econômica muito ruim. A Fisenge surge diante desse cenário no combate à precarização do trabalho e à entrega do patrimônio brasileiro e na defesa da engenharia e da sociedade como um todo.

Além do fortalecimento da luta pela participação democrática da classe trabalhadora na organização da sociedade brasileira, a Fisenge e seus sindicatos, como o Seagro, participam ativamente dos principais debates acerca de setores estratégicos brasileiros. Podemos citar a agricultura familiar que fornece cerca de 70% da produção de alimentos no país.

Contribuímos para a efetivação e ampliação da Assistência Técnica de Extensão Gratuita (Ater) e seguimos nessa luta para que todos os agricultores familiares tenham acesso a esta e outras políticas importantes, tais como o Pronaf, com o objetivo de garantir a soberania alimentar e a luta pela reforma agrária no país.

Neste ano teremos a V Conferência Nacional das Cidades e a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, áreas nas quais a Fisenge tem forte atuação na proposição de políticas públicas, legitimando a construção de um estado verdadeiramente público por meio da participação popular.

Em defesa da categoria, a Fisenge incentiva campanhas nacionais entre os sindicatos filiados pela valorização profissional e defende intransigentemente o cumprimento do Salário Mínimo Profissional, estabelecido pela Lei n.4.950-A.

Uma luta importante em nossa agenda política é o setor de energia, numa luta pela soberania nacional e universalização dos serviços.

Perpassando estrategicamente essas lutas, a reforma política hoje é central. Participamos do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral na defesa do financiamento público de campanha e outras bandeiras essenciais. Somente com a construção e a consolidação de um estado em defesa do interesse público e partilhado com a sociedade garantiremos uma verdadeira transformação social com justiça, igualdade e fraternidade.

No campo das negociações coletivas nacional, a Fisenge atua fortemente em alguns setores estratégicos como no sistema Eletrobras. A Fisenge é filiada à Global Union, que atua no fortalecimento das negociações globais, ou seja, naquelas empresas presentes em mais de um país. Inclusive, na semana passada, estive em Londres, em nome da Fisenge, para a Conferência Mundial de Profissionais e Diretores da UNE, e também em Oslo, para a Conferência Mundial de Engenheiros.

Essa articulação internacional é essencial para o intercâmbio de experiências sindicais e o fortalecimento da luta dos trabalhadores em empresas globais.

Também contribuímos para a ampliação da participação das mulheres no movimento sindical. A diretoria da Fisenge é composta por mais de 30% de mulheres que se organizam no Coletivo de Mulheres da Federação.

Este ano, o Coletivo está com uma campanha contra o assédio moral e já lançou uma história em quadrinhos para dialogar com a categoria e a sociedade, e também irá promover um seminário e a edição de uma cartilha.

Hoje, um dos grandes desafios do movimento sindical é a ampliação da participação dos estudantes e jovens engenheiros, tendo como princípios a valorização da sociedade de classe e da luta coletiva.

Em todas essas lutas, o Seagro, único sindicato exclusivamente de agrônomos da base da Fisenge, atua conjuntamente para o avanço da categoria e da sociedade. O Seagro merece destaque em sua atuação forte em negociações coletivas, conquistando direitos para os trabalhadores de sua base de atuação e ampliando sua organização sindical.

Hoje, o Seagro ocupa a diretoria financeira da Fisenge com o engenheiro agrônomo Eduardo Piazeria e também na diretoria com o engenheiro agrônomo Jorge Dotti Cesa, entre outros que estão aqui e já passaram pela diretoria da Fisenge e contribuem imensamente para as políticas e o avanço da federação e da nação.

Em nome da Fisenge, parabenoizo o Seagro por esses 30 anos de luta e construção de um sindicato forte e combativo na luta dos trabalhadores em prol da uma sociedade fraterna e louvamos a iniciativa do engenheiro agrônomo e deputado José Milton Scheffer desta homenagem.

Muito obrigado."

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Milton Scheffer) - Convido o mestre de cerimônias, Soraia Boabaid, para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

A SRA. SORAIA BOABAID - Neste momento o Poder Legislativo catarinense presta homenagem ao Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, Seagro/SC, pela passagem dos seus 30 anos na defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos dos engenheiros agrônomos para a conquista de melhores condições de trabalho e fortalecimento da categoria, na luta pela preservação do serviço público agrícola gratuito e de qualidade, visando à produção sustentável de alimentos, o desenvolvimento da agricultura familiar e do agronegócio catarinense sempre em benefício da sociedade.

Convido o sr. deputado José Milton Scheffer para fazer a entrega da homenagem ao sr. Vlademir Gazoni, neste ato representando o Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, Seagro/SC.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade à solenidade, o Poder Legislativo presta homenagem também às personalidades e entidades que muito contribuíram nestes 30 anos do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, Seagro/SC.

Convido para receber a homenagem o sr. Carlos Roberto Bittencourt, neste ato representando a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros.

A Fisenge, Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros, com sede no Rio de Janeiro, é composta por 11 sindicatos de engenharia de todas as regiões do Brasil e hoje é presidida pelo engenheiro agrônomo Carlos Roberto Bittencourt.

Historicamente, a Federação esteve à frente das principais lutas políticas, sociais e sindicais deste país, além de articular e coordenar a atuação dos sindicatos filiados. Filiada à CUT, neste ano de 2013, a Fisenge comemora 20 anos de lutas pelo fortalecimento e participação democrática das classes trabalhadoras, na organização da sociedade brasileira por uma engenharia com desenvolvimento social e pela construção coletiva de um Brasil soberano, sustentável e democrático com uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

Convido o sr. deputado Moacir Sopelsa para fazer entrega da homenagem ao engenheiro agrônomo Luiz Dal Farra, neste ato representando todos os ex-diretores executivos do Seagro de SC.

O engenheiro agrônomo Luiz Dal Farra teve participação decisiva em momentos históricos do Seagro. Foi diretor secretário e vice-presidente durante quatro gestões, totalizando 15 anos, no período de 1991 a 2006. Foi presidente do núcleo da Aeasc na região sul, em Criciúma. Na área profissional exerceu diversos cargos, inclusive como diretor da Acaresc e da Embrater, em Brasília. Na área política foi secretário municipal na prefeitura de Criciúma, candidato a vice-prefeito e a vice-governador. Na pessoa de Luiz Dal Farra a Seagro homenageia e agradece a todos os diretores da executiva do sindicato nestes 30 anos de lutas e conquistas.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o engenheiro agrônomo Hamilton Rogério Weber Xavier, neste ato representando todos os ex-diretores regionais.

O engenheiro agrônomo Hamilton Rogério Weber Xavier, o Chicão, foi sócio fundador do Seagro, presidente do núcleo de engenheiros agrônomos da Aeasc de Lages e da AEA no planalto serrano. Foi diretor regional e membro da diretoria executiva do Seagro. Sempre foi idealizador de um mundo melhor para os engenheiros agrônomos, para a agricultura e para os agricultores. Em 1997, em viagem para participar de reunião do conselho deliberativo do Seagro em Florianópolis, sofreu grave acidente automobilístico. Pela sua luta e entusiasmo profissional, sindical e pessoal, foi e é um exemplo para todos. A homenagem e o reconhecimento ao engenheiro Chicão se estende a todos aqueles que foram ou são diretores regionais do Seagro.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Walmíria Kloepsel de Campos, neste ato representando seu esposo, o engenheiro agrônomo Ubiratan Latino de Campos, *in memoriam*, presidente de 1983 à 1988.

O engenheiro agrônomo Ubiratan Latino de Campos teve atuação decisiva no processo de fundação do Seagro-SC. Foi presidente da associação pré-sindical, sócio fundador e primeiro presidente do Seagro em dois mandatos, de 1983 a 1988. Bira, como era conhecido, deixou fortes recordações pelo carinho e atenção que dedicava a todos e a tudo o que fazia. Seu amor pela agronomia, pelos amigos e pela família suplantava todas as dificuldades, inclusive as de saúde. Apesar da sua partida precoce, seu exemplo é seguido até hoje pela categoria. Sua atuação profissional foi na iniciativa privada.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido os senhores deputados Moacir Sopelsa e José Milton Scheffer para fazer a entrega da homenagem ao engenheiro agrônomo Antônio Augusto da Silva Aquini, presidente de 1988 a 1991.

O engenheiro agrônomo Augusto da Silva Aquini teve decisiva participação na fundação e implantação do Seagro. Foi sócio fundador e seu segundo presidente, na gestão 1988 a 1991. Presidiu o núcleo regional da AEASC no alto vale do rio do Peixe, e foi presidente da AEASC - Associação dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina. Foi conselheiro Regional do CREA-SC em cinco mandatos. Foi também diretor, vice-presidente e presidente interino do CREA - SC. Sua vida profissional foi toda dedicada à Cidasc, onde foi inclusive diretor.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido os senhores deputados Reno Caramori e José Milton Scheffer para fazer a entrega da homenagem ao engenheiro agrônomo Valmor Luiz Dall'Agnol, presidente de 1991 a 1992.

O engenheiro agrônomo Valmor Luiz Dall'Agnol foi sócio fundador do Seagro e seu presidente no período 1991/1992. Foi o primeiro presidente do Seagro que residia no interior do estado. Foi eleito nas eleições mais disputadas da história do Seagro. Após eleito, assumiu a Secretaria Municipal de Agricultura de Videira e depois foi eleito vereador e presidente da Câmara. Foi ainda presidente do núcleo da AEASC do alto vale do Peixe. Sua vida profissional foi dedicada à Acaresc e à Epagri, onde foi inclusive diretor.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido os senhores deputados Reno Caramori e José Milton Scheffer para fazer a entrega da homenagem ao engenheiro agrônomo Raul Zucatto, presidente de 1992 a 2003.

O engenheiro agrônomo Raul Zucatto dedicou quase toda a sua vida às entidades de classe. Foi sócio fundador, diretor e presidente da AEASC, da Uneagro e do Seagro. No sindicato ocupou diversas diretorias e a presidência em três mandatos, no período de 1992 a 2003. Numa eleição histórica elegeu-se presidente do CREA-SC por dois mandatos, de 2006 a 2011. Foi ainda dirigente da Fisenge, presidente da Ascop - Associação dos Conselhos Profissionais de SC - e de inúmeras outras entidades. Atualmente é, novamente, presidente da AEASC que em breve será transformada em federação, a Feagro. Teve sua vida profissional dedicada à Acaresc e à Epagri.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido os senhores deputados Reno Caramori e José Milton Scheffer para fazer a entrega da homenagem ao engenheiro agrônomo José Salomão Koerich, presidente de 2003 a 2006.

O engenheiro agrônomo José Salomão Koerich foi sócio fundador e presidente do Seagro na gestão 2003-2006. Sua gestão foi marcada por importantes reformas administrativas e financeiras no sindicato e pelo decisivo apoio e participação para a eleição do engenheiro agrônomo Raul Zucatto a presidente do CREA/SC. Foi dirigente do núcleo dos engenheiros agrônomos de Blumenau e da AEASC - Associação dos

Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina. No Seagro também foi diretor regional de Florianópolis e vice-presidente na gestão 2000 - 2003. Dedicou sua vida profissional à Epagri.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido os senhores deputados Reno Caramori e José Milton Scheffer para fazer a entrega da homenagem ao engenheiro agrônomo Jorge Dotti Cesa.

Convido para receber a homenagem o engenheiro agrônomo Jorge Dotti Cesa, presidente de 2006 a 2012.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O engenheiro agrônomo Jorge Dotti Cesa foi sócio fundador e presidente do Seagro por dois mandatos, de 2006 a 2012. Nas suas gestões deu destaque para a visibilidade e projeção dada ao Seagro e à categoria. Foi presidente do núcleo serrano de engenheiros agrônomos e conselheiro suplente do CREA por três mandatos. No Seagro foi ainda diretor regional de São Joaquim e da diretoria executiva.

Na atual gestão é diretor de comunicação e imprensa. Integra, ainda, a diretoria executiva da Fisenge. Sua carreira profissional é vinculada à Acaresc e à Epagri, com passagem pela Cooperserra, sempre em São Joaquim.

Peço ao engenheiro Jorge Dotti Cesa para que permaneça para o descerramento da foto a ser incluída na galeria dos ex-presidentes.

Convido o sr. Vlademir Gazoni, presidente do Seagro, para juntamente com o ex-presidente Jorge Dotti Cesa, descerrarem a foto que será afixada na galeria dos ex-presidentes, na sede do Seagro, onde já se encontram as fotos dos demais.

(Procede-se ao descerramento da foto.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Milton Scheffer) - Convido para fazer uso da palavra em nome dos homenageados o sr. Luiz Dall Farra, engenheiro agrônomo e grande lutador pela categoria.

O SR. LUIZ DALL FARRA - Antes de começar o meu discurso, gostaria de fazer uma observação. Quero tranquilizar principalmente os de cabelo branco, os mais antigos, que estão preocupados com o meu discurso, pelo rótulo de rebelde que tenho, mas ao longo desses meus 70 anos estou muito tranquilo, em paz e minhas palavras serão tranquilas e serenas, mas sem abrir mão da verdade, da justiça e da ousadia.

Saúdo o nosso grande amigo, duas vezes prefeito de Sombrio, com muito sucesso, nosso deputado estadual responsável por este ato solene de hoje, o engenheiro agrônomo José Milton Scheffer; saúdo o Vlademir Gazoni, nosso presidente; saúdo todas as autoridades da mesa e as demais autoridades aqui já nominadas.

Meu amigo Gazoni, quantas emoções!

Quando eu me recuperava da surpresa de fazer parte desse grupo que está sendo homenageado no dia de hoje, três dias depois você me liga me convidando para eu falar em nome dos homenageados.

Realmente ainda bem que o meu coração bate firme e continua forte. E como dizia o Mussolini, no dia em que o coração não

for mais capaz de vibrar será o fim. Com essa solenidade ganho muito oxigênio para respirar talvez dez anos a mais do que o homem lá de cima tinha me concedido.

Quero também inicialmente saudar e agradecer de maneira especial aos demais homenageados que me outorgaram essa deferência de falar em nome dos homenageados, do presidente do Seagro e de toda a diretoria.

Agradeço *in memoriam* ao Ubiratan Latino de Campos, aqui representado pela sua esposa e seu filho.

Saúdo o Antônio Augusto da Silva Aquini, o Hamilton Weber Xavier, nosso guerreiro serrano Chicão que foi um batalhador. E foi com muita emoção que o vi aqui hoje.

Saúdo o Valmor Dall'Agnol, o Raul Zucatto, com uma história que todos conhecem, o meu grande amigo José Salomão Koerich e o Jorge Dotti Cesa. E saúdo a Fisenge, na pessoa do Bittencourt que também hoje está sendo homenageado.

Muito obrigado por essa deferência.

Mas como já foi mostrado, não vou me alongar muito, porque me deram dez minutos, e eu precisaria de duas horas para contar toda a nossa história, do Seagro e dos agrônomos de Santa Catarina.

No dia 29 de abril de 1933, numa memorável assembleia em Lages, nascia o nosso Sindicato, o nosso Seagro, com o primeiro presidente guerreiro Ubiratan que foi realmente um grande vanguardeiro no desenvolvimento e na história do nosso sindicato. E como já foi mostrado, Ubiratan foi eleito em duas gestões, de 83 a 85 e de 85 a 88. Depois, para sucedê-lo veio o nosso amigo Antônio Augusto da Silva Aquini, na gestão 88 a 91. Aquini consolidaria de vez o Seagro.

Bira e Aquini foram dois grandes vanguardeiros desse sindicato e merecem o nosso reconhecimento e consideração.

Eu divido a nossa história do sindicato em dois períodos, a que vai da criação até o mês de dezembro de 1991 e a de 1991 até hoje. Foi um período difícil desses 30 anos com problemas muito grandes a enfrentar.

E como começou esse segundo período? Eu estava na geladeira, na sede da Epagri, e não aguentando mais a geladeira solicitei transferência para Urussanga. Eu esperava a minha portaria, mas com surpresa recebi um abaixo-assinado dos agrônomos do sul do estado pedindo que liderássemos a formação de uma chapa de oposição, comigo na Presidência.

Sempre defendi que o presidente deveria ser da sede do sindicato de Florianópolis, e já estava de mudança para Urussanga. E aí começamos praticamente todos os dias com grandes discussões. O grupo que queria formar essa chapa cada vez aumentava mais, e junto com os serranos, o Chicão, também batalhava por uma chapa de oposição. E numa grande reunião em Curitiba nasceu a chapa Novos Rumos que fez história e que continua a fazer história até hoje.

Eu fiquei de vice-presidente na época e continuei durante 15 anos no Seagro. O candidato a presidente na chapa Novos Rumos foi o nosso colega, da cidade de Videira, Valmor Luiz Dall'Agnol que assumiu a Presidência, e eu fiquei de vice-presidente.

Valmor Luiz Dall'Agnol renunciou treze meses após, por problemas profissionais de Videira, que o impediam de exercer o trabalho no sindicato. Raul Zucatto o sucedeu, embora fosse o secretário, pois os dois vice-

presidentes, eu e o Salgado, amarelamos, como diz o Zucatto, que assumiu o restante do mandato e se elegeu novamente em dezembro de 1994, dezembro de 1997 e dezembro de 2000, e revelou-se um grande presidente.

Tudo era decidido em reuniões, em assembleias e no conselho deliberativo. Raul Zucatto costumava dizer que decisões de assembleia e de conselho deliberativo não se discute, cumpre-se. Foi um período de muita mobilização e a consagração do Raul Zucatto como uma grande liderança.

As gestões seguintes de Raul Zucatto continuariam no mesmo rumo, implementado desde o início. E sucedeu Raul Zucatto, com grande desafio para substituí-lo, o meu amigo José Salomão Koerich, de dezembro de 2003 a dezembro de 2006. Imaginava o José Salomão Koerich como iria despersonalizar o Seagro Zucatto, essa simbiose, porque o Zucatto era Seagro, e o Seagro era Zucatto. Mas o José Salomão Koerich continuou no mesmo trabalho, foi um grande presidente, com muita competência e lucidez. E foi na sua gestão que o Raul Zucatto foi eleito presidente do CREA.

Jorge Dotti Cesa foi eleito no período que sucedeu José Salomão Koerich, de 2006 a 2009 e de 2009 a dezembro de 2012. Jorge Dotti Cesa inicialmente resistiu assumir a candidatura, ele residia em São Joaquim, mas acabou aceitando e com sucesso cumpriu dois mandatos com muito dinamismo, manteve a mesma linha e enfrentou muitos desafios.

Em dezembro de 2012, um companheiro que participou desde a primeira reunião na formação da chapa Novos Rumos foi eleito presidente, o nosso amigo Vlademir Gazoni. E tenho certeza de que com a renovação da diretoria, tendo Jorge Dotti Cesa junto, farão uma grande administração.

Que bom ser engenheiro agrônomo, que bom fazer parte desse grupo eclético que não teme e jamais temeu enfrentar desafios, que jamais se ajoelhou ou estendeu o chapéu para fazer valer os nossos direitos. Temos convicção de que os avanços acontecem no diálogo franco e respeitoso e se necessário na luta e enfrentamento.

Foram 30 anos de muito aprendizado e desafios, nem sempre fomos respeitados pelos nossos governos.

Quando chega a data do dissídio coletivo nas empresas públicas nunca sabemos com quem negociar. E fico o presidente do sindicato indo para um lado, para outro e não sabe quem é o negociador.

Não é raro começarem as discussões quatro, cinco meses após a data-base. Além do governo, o Seagro negocia acordos coletivos com cooperativas e agroindústrias.

Nesses 21 anos, quero registrar o nome de um governador e de um secretário, ocasião em que foi feito o acordo coletivo mais justo. Isso ocorreu no governo de Vilson Kleinübing, que tinha como secretário da Agricultura o nosso colega Mário Roberto Cavallazzi.

Na discussão com os engenheiros agrônomos, o referido secretário da Agricultura assumiu a proposta, pois a achou justa, aprovando-a, e foi ao governador, o qual resistiu e não quis aprová-la. O secretário da Agricultura de então peitou o governador e garantiu-se a proposta, pois se ela não fosse aprovada ele renunciaria a secretaria da Agricultura. O governo aceitou e aprovou a proposta mais justa da história desses 21 anos da chapa Novos Rumos. Faço questão de fazer este registro.

É preciso que nossas autoridades reconheçam que é graças à competência e ao

trabalho do agrônomo e de nossos agricultores que Santa Catarina é campeão nacional em produtividade em quase todas as culturas e criações. Temos um trabalho de pesquisa, de fomento, de fiscalização e de assistência técnica e extensão rural qualificadas.

A nossa extensão rural sempre foi modelo para o Brasil e o exterior. Somente os nossos governos não enxergam essa realidade.

Quero aqui fazer uma homenagem ao meu ídolo na agricultura e na agropecuária catarinense, o velho batalhador Glauco Olinger, que é um dos responsáveis por esse trabalho.

(Palmas)

Eu questiono e pergunto por que nunca foram negociados recursos para um acordo coletivo justo? Por que crise na saúde, na educação, na segurança e em outros poderes? Porque a prioridade é acomodar lideranças políticas.

Nos últimos anos, praticamente todos os grandes partidos saem aliados, todos no mesmo balaio, tirando até o direito de o eleitor escolher o seu governador. Como acomodar todos no governo, os partidos e as lideranças para 2014? Pasmem, a escola Luiz Henrique ensaia colocar no mesmo balaio o PSD, o PP progressista, o PMDB, o PT trabalhadores, o DEM e por aí afora. Pode? Cadê o direito de o eleitor escolher o seu candidato? Querem participar de uma eleição já com a eleição garantida!

Não será uma eleição espúria se acontecer? Temos um estado inchado. São 59 secretarias de estado, mais que a soma das secretarias do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo! Um estado pequeno! É claro que não falta recurso para a saúde, para a educação, para a agricultura e para os professores. E quem dizia que as 36 secretarias de estado Regionais eram cabide de emprego, agora as defende! Na verdade, são escolas de formação política.

Não podemos nos calar e nos acovardar! Precisamos denunciar e nos mobilizar!

E voltando ao nosso sindicato, diria que esses 21 anos foi a era do Zucatto, a quem conheci muito. Decidíamos e eu escrevia editoriais sempre aprovados com a participação efetiva. Isso foi tão marcante e envolvente que Zucatto acabou se elegendo presidente do Crea em eleição direta e se reelegendo para um segundo mandato. Apesar de sermos profissionais minoritários no Crea, foi uma vitória dos agrônomos que se uniram e foram à luta.

Raul Zucatto, você é o cara! Podes gritar bem alto: Este cara sou eu!

Você se revelou um dos melhores presidentes do Crea e foi na gestão do Koerich, à época presidente do Seagro, foi feita uma discussão estadual e os agrônomos se reuniram e, pela primeira vez, em eleição direta, elegemos o Zucatto presidente, depois o reelegemos, graças aos engenheiros agrônomos.

Para terminar, não sei se tenho direito, falando em homenagem de tantos colegas importantes, mas aos 70 anos de vida, quando posso quase tudo, torno público um fato deprimente.

Em 17 de março de 1992, há mais de 21 anos, gostaria de ler o trechinho da resposta do presidente da Epagri a um ofício do então secretário da Agricultura.

(Passa a ler.)

"Excelentíssimo senhor Dilso Cechin, digníssimo secretário de estado da Agricultura e Abastecimento.

Em atenção ao ofício gabinete n. 0129/92, através do qual v.exa. nos encaminha um relatório de auditoria n. 0013/92, que trata da situação do funcionário Luiz Dal Farra, informamos o que segue.

De acordo com o parecer da assessoria jurídica a readmissão do referido funcionário não foi irregular, por se tratar de prática usual da Acaresc.

A segunda readmissão do referido funcionário também não foi irregular."

Pelo fato de a Acaresc ser uma entidade civil sem fins lucrativos e mantida pelo estado.

Vejam agora, minha gente, como termina esta carta.

(Continua lendo)

"Por outro lado, a demissão do funcionário Luiz Dal Farra não é recomendável, a não ser por motivo de justa causa, considerando-se que o mesmo foi eleito dirigente sindical do Seagro até setembro de 1995."

Assina Fernando Cesar Driessen, a quem parabenoza pela postura séria e coerente que manteve.

E quero dizer, meu caro Gazoni, que por duas me citou em discursos e durante dois mandatos eu estive na diretoria do sindicato depois de aposentado, que o dia em que eu deixar essa vida ainda fico devendo ao Seagro, pois foi graças a ele que pude cumprir meus compromissos e ajudar as minhas três filhas pequenas, à época, porque havia sido demitido.

Companheiros, eu não matei, não roubei, não estupro, não desviei e só cumpri os meus compromissos. Mas nunca me verguei e sempre estive na luta quando necesário.

Eu gostaria, por fim, de contar uma historinha da formiga e do elefante que eu já contei mais de duas mil vezes, e sempre que tenho a oportunidade eu a conto. Somente na época da ditadura devo ter contado mais de mil vezes. E não posso terminar qualquer manifestação sem contá-la.

Se passar ao lado da Assembleia uma formiga sozinha andando na rua, e na mesma hora estiver caminhando um elefante, ele pisará em cima dela, matará a formiga e não estará nem aí. Mas se o elefante colocar a pata dentro de um formigueiro, milhares de formigas se mobilizarão e o picarão, o elefante sairá dando patadas e passará a respeitar as formigas. Ele se lembrará do formigueiro e respeitá-la.

Nós, do Seagro, começamos a construir um formigueiro. Vamos fortalecer esse formigueiro porque somente assim conseguiremos as nossas vitórias. Vocês podem perguntar: "Mas quem é o elefante e quem são as formigas"? Vocês sabem quem são. Na época da ditadura era mais fácil, os elefantes eram os generais, os coronéis. Eu vou me omitir de falar quem são os elefantes hoje.

Muito obrigado e viva o Seagro!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Milton Scheffer) - Convidamos para fazer uso da palavra o engenheiro agrônomo e nosso presidente do Seagro, Vlademir Gazoni.

O SR. DEPUTADO VLADEMIR GAZONI - Quero cumprimentar o engenheiro agrônomo José Milton Scheffer, nosso atuante e destacado deputado em prol da agricultura, os agricultores, os engenheiros agrônomos e a sociedade catarinense; o meu colega e secretário-adjunto Airton Spies, neste ato repre-

sentando o governador do estado; o presidente da nossa atuante federação, a Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt, que nos honra com a sua presença nesta noite; o presidente Carlos Alberto Kita Xavier, que nos prestigia nesta noite com a sua presença, e ele teve a eleição com bastante apoio dos engenheiros agrônomos; os demais homenageados da noite; os presidentes da Aeasc, da Uneagro, da Mutua, da Fetaesc e das demais entidades aqui representadas; os dirigentes sindicais, os associados e os demais profissionais presentes; a imprensa que está aqui presente; a minha esposa Rosana, e em nome dela todas as mulheres aqui presentes.

(Passa a ler.)

(Passa a ler.)

"Senhoras e senhores, ao completar 30 anos de fundação o Seagro - Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, mantém-se forte, atuante e independente, tendo como princípio fundamental a representação e defesa dos direitos individuais e coletivos, respeitando as ideologias políticas de cada um, capitalizando os resultados em favor do conjunto e do fortalecimento dos engenheiros agrônomos catarinenses.

A trajetória do Seagro acumula a experiência de quem enfrentou inúmeras batalhas como: paralisações, passeatas e greves. Também conquistamos avanços na preservação do emprego, no cumprimento do salário mínimo profissional nas empresas públicas, cooperativas, agroindustriais e até em algumas prefeituras, na valorização profissional dos engenheiros agrônomos, com a implantação de Planos de Cargos e Salários e melhoria das condições de trabalho nas empresas.

Conseguimos elaborar e aprovar a Tabela de Honorários Profissionais dos engenheiros agrônomos, servindo como parâmetro para as relações de trabalho e serviços com a sociedade. Atuamos na defesa das atribuições profissionais, na promoção de novas lideranças da categoria, na luta contra o desmonte das empresas públicas agrícolas que prestam serviços para a agropecuária catarinense. E como consequência tivemos o fortalecimento dos serviços públicos de pesquisa, extensão rural, defesa sanitária animal e vegetal, beneficiando os agricultores e a sociedade catarinense.

Através da independência, da negociação e do diálogo, o Seagro conquistou a confiança e a credibilidade junto à categoria e o respeito perante a sociedade.

As conquistas sindicais são atribuídas pela base da categoria, direcionado por uma diretoria, porém, as gestões ficam marcadas pelos seus líderes. Queremos destacar o saudoso Ubiratan Latino de Campos, nosso primeiro presidente, pela sua visão e idealismo na construção do Seagro. Destaco também a determinação de construir um sindicato de nosso segundo presidente, Antônio Augusto da Silva Aquini; a coragem de dar Novos Rumos ao nosso sindicato de Valmor Dall'Agnol, nosso terceiro presidente; a garra de nosso grande guerreiro Raul Zucatto, quarto presidente; a objetividade para modernizar a gestão de nosso quinto presidente, José Salomão Koerich; e a dedicação, qualificação e força de Jorge Dotti Cesa, nosso sexto presidente. Todos contribuíram para construir a nossa história de lutas e conquistas.

Muitos outros também contribuíram, mas nesta sessão vamos destacar apenas mais dois: Luiz Dall Farra, representando todos os dirigentes estaduais, e Hamilton Weber Xavier, nosso querido Chicão, representando

todos os diretores regionais que passaram pelo Seagro. Dall Farra e Chicão são exemplos para os demais colegas.

Em nível nacional somos filiados à Fisenge, nossa Federação combativa e atuante, que hoje também receberá a justa homenagem.

Ainda queremos registrar que nas suas ações o Seagro vem ampliando a sua atuação, através de cursos de capacitação e atualização profissional. Nessas três décadas foram realizadas centenas de cursos, congressos, seminários e palestras em todo o estado de Santa Catarina, muitas vezes, com parceiros importantes como o CREA, a AEASC e a Uneagro.

Como alicerce no desenvolvimento das suas ações o Seagro possui uma diretoria Estadual e 22 diretorias regionais. Essa estrutura é a parte orgânica fundamental para o fortalecimento da categoria.

Possuímos também assessoria jurídica, contábil, de comunicação e imprensa, do Dieese, que garantem a defesa dos interesses individuais e coletivos.

Temos também estrutura física e funcional que garantem que informações cheguem até nossos associados. E queremos agradecer aos nossos colaboradores: Carol, Leandra e João, pelo apoio e dedicação.

Hoje, ainda temos grandes desafios pela frente como a implantação de um novo plano de cargos e salários, com carreiras específicas por área de atuação nas empresas

públicas, que valorizem os engenheiros agrônomos, que retenham novos talentos e que estimulem o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação; a manutenção e o fortalecimento do sistema de pesquisa, extensão rural, defesa sanitária vegetal e animal, serviços públicos prestados especialmente em prol da Agricultura Familiar; a garantia de pagamento do salário mínimo profissional para todos os engenheiros agrônomos.

Também estamos preocupados com a valorização do espaço rural, com a participação na construção de um país com mais justiça social, pois desenvolver, organizar e apoiar ações que busquem a conquista de melhores condições de vida e de trabalho constituem ações primordiais para nossa categoria.

Após essas considerações, queremos agradecer à Assembleia Legislativa pela homenagem ao Seagro, especialmente ao nosso deputado Zé Milton, pela indicação. O deputado Zé Milton vem desenvolvendo um trabalho muito importante para a agricultura e para a sociedade catarinense. Queremos registrar que o deputado, além de ser nosso associado, tem sido nosso aliado e parceiro na defesa das lutas da categoria, muitas vezes abrindo portas quando se fecham e ajudando a defender as nossas reivindicações. Por isso, queremos dizer de público o nosso muito obrigado.

Para finalizar, queremos informar que além desta homenagem que estamos recebendo, para marcar a passagem dos 30 anos do Seagro, no dia 29, data de fundação do nosso sindicato, estaremos lançando a revista comemorativa aos 30 anos, e também circulará uma edição especial, encartada no jornal Notícias do Dia, alusiva aos 30 anos do Seagro."

Por último, quero repetir uma frase que estamos usando ultimamente no Seagro: muitas vezes você nem vê, mas o Seagro está sempre trabalhando por você.

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Milton Scheffer) - Ao encerrar, esta Casa mais uma vez reconhece o trabalho desenvolvido pelo Seagro, em defesa da categoria, bem como também o desenvolvimento rural de Santa Catarina.

A Presidência dessa sessão agradece pela presença de todas as autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-os para um coquetel no hall deste Poder.

Antes de encerrar a presente sessão convocamos outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental.

Esta encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 019-DL, de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições
CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Jean Kuhlmann para ausentar-se do País, no período de 16 a 28 de maio do corrente ano, a

fim de participar da Quarta Sessão da Plataforma Global para Redução de Risco de Desastre, a ser realizada no Centro de Conferência Internacional, em Genebra, na Suíça.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 9 de maio de 2013.

Deputado ROMILDO TITON - Presidente, e.e.

Deputado Jailson Lima - 1º Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - 2º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 10H00, DO DIA 03 DE ABRIL DE 2013.
Deputado Serafim Venzon reuniu-se a Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente, com a presença dos Senhores Deputados: Carlos Chiodini, Ismael dos Santos, e Valmir Comin. Abertos os trabalhos, o Presidente colocou em votação da Ata da 1ª reunião que foi aprovada por unanimidade. O **Deputado Serafim Venzon** amparado pelo § 1º do Artigo 123 do Regimento Interno, abriu a inscrição para o cargo de Vice-Presidente da Comissão. Onde se inscreveu o Senhor **Deputado Ismael dos Santos**. Foi iniciado o processo de votação e recolhidos os votos, sendo eleito por unanimidade. Após a eleição do Vice-Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o **Deputado Ismael dos Santos** assumiu os trabalhos, agradeceu aos Deputados presentes pela condução à Vice-Presidência da Comissão. A seguir o **Deputado Serafim Venzon** e membros da Comissão definiram e aprovaram as seguintes cidades a serem realizadas as Audiências Públicas pela Comissão no corrente ano: Florianópolis, Criciúma, Blumenau/Itajaí, Joinville, Lages e Chapecó. As datas serão definidas posteriormente de acordo com calendários do local/cidade e Alesc. Nada mais havendo a tratar, o Senhor

Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou e reunião da qual, eu, Laura Celeste Jaeger Gubert, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 2013.

Deputado Serafim Venzon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às treze horas e trinta minutos, do dia treze de março de dois mil e treze, reuniram-se sob a Presidência do Deputado José Nei Alberton Ascari, os Deputados: José Milton Scheffer, Vice-Presidente da Comissão, Altair Guidi, Antônio Aguiar, Dirce Heiderscheidt, Luciane Carminatti e Serafim Venzon. Dando início aos trabalhos, o Presidente da Comissão submeteu à votação os pareceres de aprovação dados aos ofícios de prestação de contas do exercício de dois mil e onze, para manutenção do título de utilidade pública das seguintes instituições: Of./0289.6/2012 da APAE de Florianópolis; Of.0313.0/2012 da Associação Catarinense para a Integração do Cego; Of./0608.1/2012 da APAE de Porto Belo; Of./0609.2/2012 da APAE de Caçador. Os pareceres foram aprovados por unanimidade. Da mesma forma, foram aprovados por unanimidade os pareceres que requereram nova diligência aos ofícios das seguintes instituições: Of./0223.0/2012 da APAE de

Pouso Redondo; Of./0286.3/2012 da Associação Beneficente Pássaros de Luz; Of./0312.0/2012 da APAE de Morro da Fumaça; Of./0325.4/2012 da APAE de Bocaina do Sul; Of./0401.0/2012 da APAE de Xanxerê; Of./0422.4/2012 da APAE de Jaguaruna; Of./0442.8/2012 da APAE de Paulo Lopes; Of./0452.0/2012 da APAE de Treze de Maio; Of./0513.6/2012; Of./0530.7/2012 da Associação Vida Ativa São José, de Criciúma; Of./0576.0/2012 da APAE de Itapema; Of./0583.9/2012 da AMA de Lages. Em seguida, o Presidente colocou em discussão e votação o Ofício 002/2013, encaminhado pela Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONEDE/SC), Andréia Rosélia Alves Panchiniak, solicitando a realização de Audiência Pública para discutir sobre os mecanismos impeditivos para o acesso e permanência da pessoa com deficiência na rede particular de ensino. Sem manifestações contrárias, o Presidente declarou aprovada a solicitação. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão declarou encerrada a reunião, da qual eu, Larissa Garcia Martins, Chefe de Secretaria da Comissão, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões em treze de março de dois mil e treze.

José Nei Alberton Ascari
Presidente

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência
*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na Rua Doutor Jorge da Luz Fontes nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2013

OBJETO: ACESSO INTERNET - FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET BANDA LARGA COM VELOCIDADE DE 100 Mbps FULL, GARANTIA DE BANDA DE 100% PARA DOWNLOAD E UPLOAD, FORNECIMENTO DE 32 IPs VÁLIDOS, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE DO LINK.

DATA: 21/5/2013 - **HORA:** 9 h

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 9 h do dia 21 de maio de 2013. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar do Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz nº 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis - SC, e no sítio eletrônico da ALESC (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 9 de abril de 2013.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 100/13

Of.46/2013 Tubarão - SC, 05 de Abril de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **COMBEMTU- Associação de Atendimento à Criança e ao Adolescente**, de Tubarão referente ao exercício de 2012.

Maria Aparecida Alves Caprestano
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/05/13

Replicado por incorreção

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 101/13

Of.50/2013 Tubarão - SC, 05 de Abril de 2013
Encaminha a documentação para reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Atendimento à Criança e ao Adolescente - COMBEMTU**, de Tubarão referente ao exercício de 2012.

Maria Aparecida Alves Caprestano
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/05/13

Replicado por incorreção

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 103/13

Of.003/2013 Iporã do Oeste - SC, 25 de março de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Dudu Lasta, de Iporã do Oeste referente ao exercício de 2012.

Julio Lasta
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/05/13

Replicado por incorreção

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 109/13

Of 103/2013 Florianópolis (SC) 07 de maio de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **FAUESC - Federação de Automobilismo do Estado de Santa Catarina**, de Florianópolis referente ao exercício de 2012.

Almir Battisti Petris
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/05/13

Replicado por incorreção

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 116/13

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Câmara de Dirigentes Lojistas**, de Rio Negrinho, referente ao exercício de 2012.

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/05/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 117/13

Of. UEB-SC Nº 049/13 Florianópolis, 08 de maio de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **União dos Escoteiros do Brasil**, de Florianópolis, referente ao exercício de 2012.

Roberto Murilo Coutinho
Gerente do Escritório Regional

Lido no Expediente
Sessão de 09/05/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 118/13

Rio do Sul, 24 de abril de 2013. Ofício nº 060/2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Escola Especial Recanto Alegre**, de Rio do Sul, referente ao exercício de 2012.

Dalmir da Silva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/05/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 119/13

Blumenau, 10 de Abril de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Blumenauense de Deficientes Auditivos - ABADA**, de Blumenau, referente ao exercício de 2012.

José Sílvio Peres
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/05/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 120/13

Blumenau, 25 de fevereiro de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Blumenauense de Omitologia e Canaricultura**, de Blumenau, referente ao exercício de 2012.

Charles Haertel
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/05/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 121/13

Taió, 02 de Maio de 2013 Ofício nº 32/13
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**, de Taió, referente ao exercício de 2012.

Gabriela Dalfovo
Diretora

Lido no Expediente
Sessão de 08/05/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 122/13

Blumenau, 10 de Abril de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Blumenauense dos Deficientes Físicos - ABLUDEF**, de Blumenau, referente ao exercício de 2012.

Maria Helena Mabba
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/05/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 123/13

Chapecó (SC), 22 de abril de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Rede Feminina de Combate ao Câncer**, de Chapecó, referente ao exercício de 2012.

Iracema H. Córdova
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/05/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 124/13

Blumenau - SC, 10 de Abril de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos das Crianças Portadoras de Neoplasia**, de Blumenau referente ao exercício de 2012.

Adriana Kreibich da Costa
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/05/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 125/13

Blumenau - SC, 10 de Abril de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **ASSOCIAÇÃO DOS CEGOS DO VALE DO ITAJAÍ- ACEVALI**, de Blumenau referente ao exercício de 2012.

Neusa Frare
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/05/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 126/13

Ofício nº 022/2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Hospital Santa Clara**, de Otacilio Costa referente ao exercício de 2010.

Paulo Roberto da Silva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/05/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 127/13

Blumenau - SC, 10 de Abril de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da ASSOCIAÇÃO DOS FISSURADOS DO VALE DO ITAJAÍ - ASFIVALE, de Blumenau referente ao exercício de 2012.

Luiz Carlos Cenzi Rebellato
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/05/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 128/13

Campos Novos - SC, 20 de Março de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Colegio Auxiliadora**, de Campos Novos referente ao exercício de 2012.

Milton Gregório Elsing
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/05/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 129/13

Blumenau - SC, 10 de Abril de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Fundação Blumenauense de Estudos Textéis - FBTE**, de Blumenau referente ao exercício de 2012.

Carlos Udelson Zagolin
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/05/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 130/13

Campos Novos - SC, 10 de Abril de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Instituto Auxiliadora**, de Campos Novos referente ao exercício de 2012.

Maria Floriani
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/05/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 131/13

Irani - SC, 07 de maio de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**, de Irani referente ao exercício de 2012.

Mercedes L. Vuelma Bordin
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/05/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 132/13

Ofício nº 001/2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação Intermunicipal de Bombeiro Comunitário de Guaraciaba e Barra Bonita**, de Guaraciaba referente ao exercício de 2012.

Celso Bregalda
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/05/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 133/13

Blumanu - SC, 25 de Abril de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Rede Feminina de Combate ao Câncer de Blumenau**, de Blumenau referente ao exercício de 2012.

Tatiana Regina Lenzi Alvise
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/05/13

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1317, de 9 de maio de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **PAULO ROBERTO VARELA**, matrícula nº 5983, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 9 de maio de 2013 (Gab Dep Gelson Merisio).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1318, de 9 de maio de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR PAULO ROBERTO VARELA, matrícula nº 5983, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 9 de maio de 2013 (Gab Dep Gelson Merisio - Xanxerê).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1319, de 9 de maio de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ZENEIDE BACCIN SILVEIRA, matrícula nº 2632, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 9 de maio de 2013 (Gab Dep Gelson Merisio).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1320, de 9 de maio de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ANTONIO ROGERIO FRONZA**, matrícula nº 7130, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 9 de maio de 2013 (Gab Dep Jailson Lima da Silva).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1321, de 9 de maio de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR AMILTON PADILHA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jailson Lima da Silva - Rio do Sul).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1322, de 9 de maio de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LEONIR DA SILVA STRAMOSK para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jailson Lima da Silva - Rio do Sul).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1323, de 9 de maio de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ERALDO NEVES**, matrícula nº 6917, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 9 de maio de 2013 (Liderança do PMDB).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1324, de 9 de maio de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ERALDO NEVES, matrícula nº 6917, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-57, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 9 de maio de 2013 (Liderança do PMDB - Florianópolis).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1325, de 9 de maio de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **DICESAR RIBEIRO VIANNA FILHO**, matrícula nº 6722, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 9 de maio de 2013 (Liderança do PMDB).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1326, de 9 de maio de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DICESAR RIBEIRO VIANNA FILHO, matrícula nº 6722, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-57, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 9 de maio de 2013 (Liderança do PMDB - Florianópolis).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1327, de 9 de maio de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ANELIA MARIA MARTINS**, matrícula nº 6244, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-85, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 7 de maio de 2013 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1328, de 9 de maio de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANELIA MARIA MARTINS, matrícula nº 6244, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-83, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 7 de maio de 2013 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt - Florianópolis).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1329, de 9 de maio de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **EDILBERTO CARLOS FERREIRA**, matrícula nº 7234, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 7 de maio de 2013 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1330, de 9 de maio de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDILBERTO CARLOS FERREIRA, matrícula nº 7234, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 7 de maio de 2013 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt - Fraiburgo).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1331, de 9 de maio de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LUANA RODRIGUES POMPEO DA SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Volnei Morastoni - Itajaí).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1332, de 9 de maio de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 008/2013.

Matr	Nome do Servidor	Função
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
3748	Evandro Carlos dos Santos	
0947	Valter Euclides Damasco	
1039	Victor Inácio Kist	
1998	Bernadete Albani Leiria	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1333, de 9 de maio de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **CARLOS HENRIQUE MONGUILHOTT**, matrícula nº 2016, DA - Coordenadoria de Licitações e Contratos, a contar de 1º de maio de 2013.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1334, de 9 de maio de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
1830	PAULO ROBERTO SCHULTE DA SILVA	3/4/2008	2/4/2013	0763/2013
1448	AMILTON GONCALVES	27/12/2007	14/1/2013	0889/2013
5280	ROSSANA MARIA BORGES ESPEZIN	1º/2/2007	31/1/2012	1018/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1335, de 9 de maio de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
		Concedido	Total		
Claudino Milak	5694	3%	3%	2/5/2013	1051/13
Daniela Cristina Bento Alencar	6270	3%	3%	17/2/2013	1050/13
Eduardo Delvalhas dos Santos	4405	3%	9%	29/4/2013	1022/13
Joao Dal Pont	3308	3%	9%	2/5/2013	1052/13
Johni Lucas da Silva	2096	3%	30%	2/5/2013	1060/13
Lairton Tenconi	3693	3%	12%	1º/5/2013	1053/13
Neide Maria de Campos	6373	3%	3%	23/4/2013	1025/13

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 145.6/2013

Dispõe sobre a obrigatoriedade da comunicação, por parte dos hospitais, clínicas, postos de saúde, bem como todas as entidades públicas que integram a rede pública e privada de saúde do Estado, das ocorrências envolvendo embriaguez e consumo de drogas por criança ou adolescente.

Art. 1º Os hospitais, os postos de saúde, as clínicas e demais entidades que integram as redes pública e privada de saúde do Estado ficam obrigados a comunicar de imediato ao Conselho Tutelar, aos pais ou responsáveis legais, o atendimento, em suas dependências, de criança ou adolescente recebido em estado de embriaguez ou consumo de drogas.

Art. 2º A inobservância, injustificada, ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções:

I - advertência por escrito da autoridade competente; e

II - multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGPM/FGV, ou por índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo único. Os recursos oriundos da arrecadação das multas serão destinados às clínicas de recuperação de dependentes químicos do Estado, devendo ser recolhidos em favor da Unidade Orçamentária 41094 - Fundo de Desenvolvimento Social - FUNDOSOCIAL, vinculado ao Gabinete do Governador do Estado - Ação Atendimento sócio-terapêutico (520.0377) - Sub-ação Atendimento sócio-terapêutico a dependentes químicos (011117).

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antônio Aguiar

Lido no Expediente
Sessão de 08/05/13

JUSTIFICATIVA

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 227, estabelece para a família, a sociedade e ao Estado, o dever de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade e em atenção à condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à dignidade, entre outros, colocando-os a salvo de toda forma de negligência, exploração e opressão.

O mesmo texto constitucional assegura ao Estado, como ente federativo, a competência concorrente para legislar sobre a proteção à infância e à juventude (art. 24, inciso XV), de forma que a atuação deste Parlamentar, além da competência assegurada, baliza-se pelo sentimento e preocupação com a jovem população catarinense, exposta de forma alarmante não só aos próprios desafios do homem, mas principalmente aos males da desvirtuada vida moderna, na qual o consumo de drogas, lícitas ou não, tornou-se a causa principal dos mais variados problemas sociais, influenciando decisivamente no futuro da nação.

Estudos recentes apontam o crescimento do uso abusivo do álcool entre jovens e adolescentes e a diminuição da idade em que os indivíduos têm o primeiro contato com a droga (apesar de lícita, porque tributável, não deixa de ser substância causadora de dependência). Alguns dados alarmantes são evidenciados em pesquisa feita pela Organização Mundial de Saúde - OMS: uma em cada quatro crianças de 9 anos já provou alguma bebida alcoólica; a idade média em que os jovens ficam bêbados é de 13 anos; e 29% dos adolescentes de 15 anos bebem toda semana. Com relação à dependência, na pesquisa feita pela Secretaria Nacional Antidrogas - Senad - mostrou que 22% dos jovens estão em risco de desenvolver alcoolismo.

Especial atenção deve ser dada à juventude catarinense, que, sabidamente, relaciona momentos de descontração às mesas dos bares, boates e botequins. Recente estudo veiculado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes - revelou que Santa Catarina se encontra na sexta posição do "ranking do copo" com 22,05% dos acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina que admitiram beber periodicamente ou sempre, sendo que a primeira posição é ocupada pela Universidade Federal de Ouro Preto com o percentual de 29,18%, comportamento que já é notado também no ensino médio do Estado.

A título exemplificativo, também foi realizada pesquisa por equipe da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a qual analisou o relato de 165 estudantes que responderam ao Inventário de Expectativas e Crenças Pessoais acerca do Álcool. O estudo nomeado "Expectativas e beber problemático entre universitários" apontou que 44% dos participantes eram consumidores de risco.

Dessa forma, percebe-se que há vários estudos e pesquisas publicadas, até mesmo internacionais, que concluem a respeito dos perigos causados pelo alcoolismo e pelo consumo de drogas, bem como a forma precoce que tais drogas são apresentadas as nossas crianças e adolescentes.

Além disso, o consumo excessivo de álcool e drogas é causa de preocupações, angústias e sofrimento para muitas famílias, e existe o entendimento no meio médico de que quanto mais cedo for o consumo de bebidas alcoólicas, maior é a chance de se desenvolver a dependência da substância e, inclusive, de outras drogas.

É com o intuito de precaver o aumento da incidência do alcoolismo e do uso de drogas e de resguardar a juventude catarinense que é apresentada esta proposição, visando alertar os responsáveis legais por crianças e adolescentes, além do Conselho Tutelar, para que tomem as providências que forem cabíveis em cada caso.

Entende-se que a atuação dos organismos responsáveis e produção de dados estatísticos propiciarão significativa melhora no combate ao problema referido, estimulando o controle e fiscalização de estabelecimentos comerciais (circunstância já prevista em Lei) e a orientação psico-pedagógica de crianças, adolescentes ou jovens expostos, além do auxílio e orientação das famílias atingidas, buscando-se, acima de tudo, o reestabelecimento do vínculo familiar e a efetiva aplicação dos direitos inerentes à classe em questão.

Estas, portanto, são as razões pelas quais apresento esta proposição, contando com o apoio dos ilustres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

Deputado Antônio Aguiar

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 146.7/13

Declara de utilidade pública ASSOCIAÇÃO CORAL DO SANTUÁRIO DE AZAMBUJA, com sede no município de Brusque.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública ASSOCIAÇÃO CORAL DO SANTUÁRIO DE AZAMBUJA, sede no município de Brusque-SC

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para

o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Deputado CIRO MARCIAL ROZA

Lido no Expediente

Sessão de 09/05/13

JUSTIFICATIVA

Na forma preconizada na Lei nº 15.125 de 19 de janeiro de 2010 que "Dispõe sobre o Reconhecimento de Utilidade Pública Estadual", as entidades constituídas na forma de pessoas jurídicas de direito privado com fins não econômicos, que desenvolvam no âmbito do Estado, atividades de interesse coletivo, poderão ser declaradas de utilidade pública com o fito de usufruir todos os direitos e vantagens legais inerentes à titulação requerida.

Consoante prescrito na Lei, a ASSOCIAÇÃO CORAL DO SANTUÁRIO DE AZAMBUJA, de Brusque, neste estado de Santa Catarina é uma entidade sem fins lucrativos e ou econômicos, de caráter privado, cujos objetivos visam o desenvolvimento de atividades inerentes a manter o Grupo Vocal, estimular, preservar e difundir as Canções Religiosas e folclóricas, promovendo e participando de apresentações públicas e em sedes de entidades culturais, Festividades de Corais ou de concursos de Cânticos.

Considerando os fundamentos legais, objetivos, tudo de acordo com os estatutos faz jus a entidade o Reconhecimento de Utilidade Pública Estadual, razão que justifica a apresentação do respectivo projeto, na expectativa de aprovação dos nobres parlamentares.

Ciro Marcial Roza

Deputado Estadual

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 147.8/13

Obriga a instalação de rampas de acesso à calçada junto aos pontos de parada e espera de ônibus urbanos para cadeirantes.

Art. 1º O poder público municipal, no Estado de Santa Catarina, fica obrigado a manter rampas de acesso à calçada junto aos pontos de parada e espera de ônibus urbanos, para facilitar o acesso de cadeirantes.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição Estadual.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Nilson Gonçalves

2º Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 09/05/13

JUSTIFICATIVA

A presente proposição busca resguardar os direitos e os interesses das pessoas com deficiência física - cadeirantes, assegurando-lhes a melhoria de sua condição individual e social.

Ao garantir rampas de acesso à calçada nos pontos de parada e espera de ônibus urbanos para cadeirantes, a proposta visa a minorar a dificuldade encontrada pelas pessoas com deficiência que necessitam do uso de cadeira de rodas para sua locomoção, evitando, inclusive, seu constrangimento nos pontos de ônibus, propiciando-lhes, assim, maior liberdade e segurança.

Neste sentido, a presente proposição faz jus à aprovação.

Deputado Nilson Gonçalves

2º Secretário

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 148.9/13

Dispõe sobre a atenção à saúde ocupacional dos profissionais de enfermagem no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Todos os estabelecimentos ou serviços públicos e privados de saúde, localizados no território de Estado de Santa Catarina, devem dispensar aos profissionais de enfermagem que lhes prestam serviços as mesmas medidas protetivas aplicadas às demais categorias profissionais, as estabelecida na legislação aplicável à espécie, em especial a Norma Reguladora 32 - NR 32, bem como as previstas na presente Lei e seu Anexo Único.

Parágrafo único. Caberá ao Gestor da unidade, em conjunto com o responsável técnico da enfermagem, tomar formalmente as providências necessárias à garantia da manutenção da saúde dos trabalhadores de enfermagem, em todos os seus aspectos, de maneira que o disposto no caput seja plenamente observado.

Art. 2º As Comissões de Ética de Enfermagem, onde houver, ficam incumbidas de assessorar os gestores e gerentes em questões envolvendo a saúde ocupacional do profissional de enfermagem.

Art. 3º O gestor deverá designar profissional enfermeiro, com especialização em Saúde Ocupacional de enfermagem.

Art. 4º Nas atividades que envolvam riscos ocupacionais como os referidos no Anexo Único, os profissionais de enfermagem deverão, sempre, ter acesso à proteção coletiva e, em caráter complementar, a equipamentos de proteção individual.

Art. 5º As medidas alencadas no Anexo Único desta Lei deverão ser tomadas sem prejuízo de outras normativas de âmbito federal, estadual ou municipal, que venham, efetivamente, proteger a saúde ocupacional dos profissionais de enfermagem.

Art. 6º Os estabelecimentos ou serviços de saúde, públicos ou privados deverão providenciar a realização de exame médico periódico adequado para cada risco ocupacional específico, com o objetivo de prevenir ou diagnosticar precocemente agravos à saúde dos profissionais de enfermagem que labutem para os mesmos.

§ 1º Tal obrigatoriedade não exclui a necessidade de consentimento para execução de tais exames, sendo que, em caso de recusa, o profissional de enfermagem deverá assinar um termo de responsabilidade que permanecerá arquivado na instituição.

§ 2º Relativamente aos exames de monitoração biológica de que trata o item três do Anexo Único desta Lei, não há a necessidade de que sejam realizados em mais do que um dos vínculos de trabalho do profissional de enfermagem, desde que os riscos sejam os mesmos.

Art. 7º Os estabelecimentos e serviços de saúde, por meio dos responsáveis definidos nos Artigos 1º, 2º e 3º, ficam obrigados a informar aos profissionais de enfermagem os riscos ocupacionais existentes nas suas atividades, os resultados dos exames médicos e complementares aos quais estes forem submetidos e os resultados das avaliações ambientais realizadas nos locais de trabalho.

Art. 8º Ficam proibidos plantões superiores a 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas.

Sala das Sessões,

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente

Sessão de 09/05/13

ANEXO ÚNICO

Quando da aplicabilidade e/ou da fiscalização das medidas obrigatórias a serem adotadas pelos estabelecimentos e serviços de saúde na proteção da saúde ocupacional dos profissionais de enfermagem, deverão ser observados:

1 - Em relação aos riscos laborais potencialmente presentes nos ambientes de trabalho dos estabelecimentos de saúde, abaixo transcritos, devem ser providenciadas as medidas de proteção pertinentes sem prejuízo de outras que se fizerem necessárias:

A - RISCOS BIOLÓGICOS:

Nas atividades de pronto atendimento, prontos socorros, traumatologia, moléstias infectocontagiosas, cirurgia, análises clínicas, anatomia patológica, serviços de verificação de óbito e outros serviços com riscos de exposição a fluidos orgânicos potencialmente contaminados:

A.1 - MEDIDAS DE PROTEÇÃO:

A.1.1 - Os profissionais de enfermagem deverão ter acesso a dispositivos de proteção adequados, tais como: óculos de proteção, aventais impermeáveis, luvas, toucas e máscaras;

A.1.2 - Imunização contra agentes biológicos, tais como: hepatite B, Gripe (Influenza) e demais doenças evitáveis por vacinação;

A.1.3 - em casos de acidentes do tipo perfuro cortante com material potencialmente contaminado, não de ser adotadas medidas de quimioprofilaxia de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde, devendo seus fluxogramas de procedimentos serem devidamente registrados.

B - RISCOS FÍSICOS:

Nas atividades em que existe a presença de ruídos acima do limite de tolerância, radiações ionizantes (RX e radiação gama):

B.1 - MEDIDAS DE PROTEÇÃO:

B.1.1 - No caso de presença de radiações ionizantes: proteção coletiva tais como paredes e anteparos protetores plumbíferos. Como proteção individual, luvas, aventais, óculos e protetores de tireóide plumbíferos;

B.1.2 - Fornecimento e controle adequado do dosímetro em caso de exposição a radiações ionizantes;

B.1.3 - No caso de exposição de ruído acima do limite de tolerância biológico (LTB), fornecimento de protetores auriculares.

C - RISCOS QUÍMICOS:

Nas atividades em que existe a presença de gases anestésicos, vapores e poeiras tóxicas, tais como centrais de esterilização, centro cirúrgico, preparo de quimioterapia, patologia clínica e medicina legal:

C.1 - MEDIDAS DE PROTEÇÃO

C.1.1 - Ventilação local exaustora, capelas com fluxo laminar e, na impossibilidade do controle eficaz dessa forma ou em caráter complementar, o uso de máscaras com filtros adequados.

D - RISCOS PSICOSSOCIAIS E AGENTES ERGONÔMICOS:

Nas atividades em que existam movimentos repetitivos e/ou posturas corporais inadequadas, grande demanda de atendimentos em condições penosas, altamente estressantes ou regimes de plantão de 12 e 24 horas:

D.1 - MEDIDAS DE PROTEÇÃO:

D.1.1 - Os profissionais de enfermagem deverão ter suas escalas diárias de trabalho elaboradas de forma que permitam pausas compensatórias em ambiente específico, amplo, arejado, provido de mobiliário adequado e com área útil compatível com a quantidade de profissionais diariamente em serviços, dotado ainda de conforto térmico e fisiológicos;

D.1.2 - Os ambientes tais como centros cirúrgicos, prontos socorros e consultórios, deverão possuir um grau de iluminação, temperatura e acústica adequadas às tarefas executadas.

D.2 - MEDIDAS COMPLEMENTARES:

D.2.1 - Serviços de pronto socorro geral e/ou psiquiátrico deverão contar com pessoal preparado e treinado para a adequada contenção de pacientes agitados e/ou agressivos;

D.2.2 - Em locais de trabalho sabidamente violentos e que exponham a risco a integridade física dos profissionais de enfermagem no atendimento de pronto-socorro, deverá haver a manutenção de profissionais da área de segurança, pública ou privada.

2 - Estando a profissional de enfermagem em período de gestação, deverá ser garantido à mesma a não atuação em áreas de risco à saúde materno-fetal, e garantida à proteção afetiva nas atividades habituais.

3 - Relativamente ao que trata o artigo 6º da presente lei, além da anamnese e exame físico, deverão ser realizados os seguintes exames complementares:

3.1 - hemograma completo, anual, para os profissionais de enfermagem que atuem em procedimentos cirúrgicos, radiagnósticos, radioterapêuticos e no preparo de quimioterapia;

3.2 - RX de tórax anual e PPD para aqueles expostos a BK;

3.3 - Os profissionais de enfermagem do trabalho expostos aos ambientes de produção deverão ser submetidos aos exames complementares previstos no PCMSO da empresa onde atuem;

3.4 - para os profissionais de enfermagem expostos a agentes carcinogênicos e/ou teratogênicos, desde que existentes exames de monitorização biológica específicos para os riscos envolvidos.

3.5 - DE FORMA COMPLEMENTAR:

3.5.1 - Que sejam disponibilizados, pelos estabelecimentos e serviços de saúde, exames complementares para detecção precoce de agravos à saúde, relacionados a gênero, idade e estilo de vida dos profissionais de enfermagem que lhe prestem serviço;

3.5.2 - Que sejam disponibilizados, pelos estabelecimentos e serviços de saúde programas permanentes de prevenção e redução de riscos ocupacionais para os profissionais de enfermagem que lhe prestem serviço.

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que 'dispõe sobre a atenção à saúde ocupacional dos profissionais de enfermagem'.

Apesar da existência de normas ministeriais a cerca do cuidado com a saúde dos profissionais de saúde em seus locais de trabalho, persiste a necessidade de normatizar preceitos que contribuam para a melhoria das condições de saúde ocupacional desses profissionais por meio do desenvolvimento de uma cultura de promoção da saúde no trabalho.

As disposições contidas na Norma Regulamentadora 32 - NR 32 necessitam de mais ampla divulgação e fiscalização de sua aplicação, considerando que o trabalho dos profissionais de enfermagem é de vital importância para o bem-estar da sociedade e no exercício de sua atividade profissional, encontram-se expostos a números riscos ocupacionais.

O trabalho da enfermagem é a manutenção da saúde e o cuidado de enfermos, o que ocorre na maior parte do tempo em

hospitais ou instituições assemelhadas, cujo ambiente é permeado de agentes químicos e biológicos nocivos à saúde, o que possibilita a contaminação por doenças infectocontagiosas, exposição a radiações, longas jornadas de pé e o manuseio freqüente de pacientes acamados, gerando problemas ortopédicos graves, estresse decorrente do pesado trabalho com pacientes em risco de morte e portadores de enfermidades psiquiátricas.

O desgaste físico e mental dos profissionais de enfermagem, decorrentes de exageradas cargas laborativas, parte dela ou mesmo sua totalidade em horário noturno, gera uma série de doenças ocupacionais, as quais incapacitam para o trabalho, gerando ônus ao empregador/gestor e à sociedade em geral.

Atualmente já existe a obrigatoriedade dos estabelecimentos e serviços de saúde de se adequarem à legislação pertinente à saúde ocupacional vigente no país, em especial a Portaria 3.214 e suas Normas Regulamentadoras e aos preceitos normativos emanados da Organização Internacional do Trabalho.

Por tais motivos a categoria luta há anos pela fixação de jornada de 30 horas semanais, baseada em resultado de estudos técnicos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), os mesmos ratificados pela 2ª Conferência Nacional de Recursos Humanos para a Saúde e pela 3ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, dados as características penosas das atividades desenvolvidas.

A saúde ocupa o 1º lugar no ranking de registros de acidentes, mesmo com a ineficiência dos processos de notificação (principalmente no tocante aos acidentes com riscos biológicos).

O Brasil agrega cerca de 2,5 milhões de profissionais da área de saúde, sendo mais de 1,5 milhões da enfermagem.

Os problemas enfrentados pelos profissionais do setor da saúde como a falta de cultura à prevenção contribuem para os altos índices de registros de acidentes apresentados pelo setor nos últimos levantamentos realizados pelo Ministério da Previdência Social (MPS).

Com materiais perfuro cortantes envolvendo trabalhadores da saúde que atuam em hospitais. Exposições semelhantes também ocorrem em outros serviços de assistência à saúde, como instituições de longa permanência para idosos, clínicas de atendimento de emergência e consultórios particulares. Os acidentes percutâneos com exposição a material biológico estão associados principalmente com a transmissão do vírus da hepatite B (HBV), do vírus da hepatite C (HCV) e do vírus da imunodeficiência humana adquirida (HIV), mas também podem estar envolvidos na transmissão de outras dezenas de patógenos.

As doenças relacionadas ao trabalho respondem por 1,6 milhão de mortes; os acidentes de trabalho, por 360 mil mortes. O número de mortes causadas por acidentes e doenças relacionadas ao trabalho ultrapassa aquele causado por epidemias como a Aids.

O cumprimento à legislação vigente e a necessidade de conscientização ambiental preventiva rente aos profissionais da saúde, em especial da enfermagem, é fundamental para a sustentabilidade da saúde.

Ademais é de responsabilidade das Instituições de Saúde o zelo pela saúde ocupacional e bem estar físico e mental de seus trabalhadores, dentre eles o profissional de enfermagem, independentemente de vínculo empregatício.

O presente projeto pretende normatizar de forma clara e objetiva a aplicação das medidas mínimas exigíveis para a manutenção da saúde daqueles trabalhadores que diuturnamente cuidam da saúde da população de nosso estado.

Sendo uma iniciativa que vem ao encontro dos anseios da sociedade catarinense, espera este Parlamentar contar com o apoio dos demais Parlamentares que integram este Poder para sua aprovação.

Deputado Nilson Gonçalves
2º Secretário

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 149.0/2013

"Revoga a Lei nº 6.347, de 11 de junho de 1984, que declara de utilidade pública, a Cruz Vermelha Brasileira, filial de Santa Catarina, com sede e foro na cidade de Florianópolis."

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 6347, de 11 de junho de 1984, que declara de utilidade pública, a Cruz Vermelha Brasileira, filial de Santa Catarina, com sede e foro na cidade de Florianópolis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Saia das Sessões, 24 de outubro de 2012

Deputado Sargento Amauri Soares

Líder da Bancada do PDT

Lido no Expediente

Sessão de 09/05/13

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 150.3/2013

Declara de Utilidade Pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Piratuba e Ipirá, de Piratuba.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Piratuba e Ipirá, com sede no município de Piratuba.

Art. 2º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Mauro de Nadal

Lido no Expediente

Sessão de 09/05/13

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública estadual a Associação de Bombeiro Comunitários de Piratuba e Ipirá, tendo como objetivo promover a participação da comunidade no Corpo de Bombeiros do Estado, em forma de cooperação e de forma voluntária, de acordo com o que preceitua a legislação sobre o serviço voluntário, apoiando a organização oficial de bombeiros estatal, na execução de socorros em casos de inundações, desabamento, catástrofes e calamidades públicas na área de circunscrição dos municípios.

Deputado Mauro de Nadal

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 151.4/2013

Dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação dos nomes completos, cidade de origem, linha, horário de embarque e destino dos passageiros com direito a gratuidade ou isentos em 50% do valor da passagem transporte coletivo.

Art. 1º Torna-se obrigatória a publicação dos nomes completos, cidades de origem, linhas, horários de embarque e destinos dos passageiros beneficiados com a gratuidade ou isentos em 50% (cincoenta por cento) do valor da passagem em transportes coletivos intermunicipais e interestaduais, sendo, neste caso, o embarque e desembarque realizados dentro do Estado.

Art. 2º A gratuidade e isenção em até 50% do valor das passagens dos transportes coletivos intermunicipais e interestaduais terão amparo na Lei Federal nº 8.899, de 29 de junho de 1994 e da Lei Federal nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003.

Art. 3º A publicação poderá ser nas formas on-line, quando possível, e obrigatoriamente através de mural, localizado em local de fácil visibilidade nos guichês e escritórios das empresas.

Art. 4º A lista será disponibilizada nas rodoviárias cujos ônibus farão paradas no trajeto das viagens.

ransporte coletivo:

I - ao pagamento de multa no valor de 500 (quinhentos) UFIRs; e

II - na reincidência, suspensão temporária das vendas de passagens.

Art. 6º A pena de multa será aplicada mediante procedimento administrativo instaurado pelo órgão de proteção ao consumidor - PROCON.

Parágrafo único. Os valores apurados serão revertidos ao Departamento Estadual de Defesa do Consumidor.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente e suplementadas, se necessário.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jailson Lima

4º Secretário/ALESC

Lido no Expediente

Sessão de 09/05/13

JUSTIFICATIVA

Muitas são as queixas de idosos e deficientes que tentam requerer passagens gratuitas de transportes coletivos em conformidade com a Lei e são surpreendidos com a resposta de que duas vagas disponíveis já estão ocupadas.

A Lei Federal nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003, determina que:

“Art. 40 - No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica:

I - a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos;

II - desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos.

Parágrafo único. Caberá aos órgãos competentes definir os mecanismos e os critérios para o exercício dos direitos previstos nos incisos I e II.

E a Lei Federal nº 8.899, de 29 de junho de 1994, determina que:

Art. 1º É concedido passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Para auxiliar a fiscalização, a publicação do nome dos passageiros que requererem a gratuidade ou o desconto no valor da passagem torna o sistema transparente e evita o descumprimento das Leis supracitadas.

Diante do exposto, espero contar com a colaboração de meus pares na aprovação do presente projeto de lei.

Sala de Sessões,

Deputado Jailson Lima

4º Secretário/ALESC.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 018/13
MINISTÉRIO PÚBLICO SANTA CATARINA**

Florianópolis, 07 de maio de 2013. Ofício n. 212/SGMP/2013

A Sua Excelência o Senhor
Deputado JOARES PONTICELLI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
NESTA

Assunto: Encaminha projeto de lei complementar
Senhor Presidente.

Cumprimentando-o cordialmente, remeto, anexo, com fundamento no art. 98 da Constituição do Estado de Santa Catarina, projeto de lei complementar que visa a reajustar o piso salarial do quadro de pessoal do Ministério Público, com a respectiva exposição de motivos, estudo sobre o impacto orçamentário e financeiro e declaração sobre a adequação orçamentária e financeira, nos termos do art. 16, incisos, I e II, da LC n. 101/2000, solicitando a Vossa Excelência que determine sua tramitação para apreciação dos senhores Deputados Estaduais, colocando-me, desde logo, à disposição dessa Augusta Casa para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

LIO MARCOS MARIN

Procurador-Geral de Justiça

Lido no Expediente

Sessão de 08/05/13

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0018.6/2013

Reajusta o piso salarial do quadro de pessoal do Ministério Público e adota outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a
Assembleia Legislativa decreta eu sanciono a seguinte Lei
Complementar:**

Art. 1º O piso salarial dos servidores do Ministério Público de Santa Catarina é corrigido em sete vírgula vinte e dois por cento, sendo fixado em R\$ 797,95 (setecentos e noventa e sete reais e noventa e cinco centavos).

Art. 2º As despesas necessárias à execução da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Ministério Público do estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis,

**GOVERNADOR DO ESTADO
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Nos termos do artigo 98, da Constituição do Estado de Santa Catarina, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o incluso projeto de lei complementar, que dispõe sobre o reajuste do piso salarial do quadro de servidores do Ministério Público.

O projeto de lei complementar que ora se encaminha atende ao disposto no art. 1º da Lei n. 431, de 23 de dezembro de 2008, que fixou o mês de junho de cada ano o da "data-base" para reajuste dos vencimentos dos servidores do Ministério Público, atendendo à revisão geral prevista no art. 37, X, da Constituição Federal.

No valor proposto para o piso salarial dos servidores do Ministério Público, de R\$ 797,95 (setecentos e noventa e sete reais e noventa e cinco centavos), correspondente a variação do INPC no período de abril de 2012 a março de 2013.

O reajuste proposto objetiva resgatar a defasagem ocorrida no período e é estendido, também, aos proventos de aposentadoria de servidores inativos, assim como às pensões devidas a dependentes de servidores falecidos, em cumprimento ao disposto no artigo 40, § 8º, da Constituição da República.

As despesas decorrentes desta lei possuem previsão na lei orçamentária de 2013, e não afetarão o limite prudencial para despesas com pessoal previsto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade fiscal, conforme demonstram as informações anexas, correspondentes ao impacto orçamentário-financeiro e a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira anexas.

Essas, em suma, Senhor Presidente, as razões das matérias constantes da propostas legislativa que apresento à apreciação da Augusta Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 07 de maio de 2013.

LIO MARCOS MARIN
Procurador-Geral de Justiça

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002.3/2013**

Altera o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008.

Art. 1º O inciso V do art. 27 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27
V - Comissão de Direitos Humanos.”

..... ” (NR)

Art. 2º A Seção V do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Seção V

Da Comissão de Direitos Humanos” (NR)

Art. 76 São os seguintes os campos temáticos ou áreas de atividade da Comissão de Direitos Humanos, cabendo-lhe, sobre eles, exercer a sua função legislativa e fiscalizadora:

..... ” (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Joares Ponticelli - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 09/05/13

JUSTIFICATIVA

Tem a presente proposição o escopo de atender solicitação dos membros da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, no sentido de modificar sua nomenclatura para Comissão de Direitos Humanos.

A iniciativa vem atender, por seu turno, pedido de unificação de nomes que vise sanar dificuldades de comunicação e entendimento junto à sociedade, exarado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

*** X X X ***